



# DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DA BANCADA DO PSDB NA CÂMARA

Nº 1844, TERÇA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2012

EDIÇÃO ESPECIAL

## Julgamento de réus do mensalão deve ser prioridade do STF, cobram tucanos

O julgamento dos réus do escândalo do mensalão precisa ser prioridade do Supremo Tribunal Federal (STF), na avaliação dos deputados **Ricardo Tripoli (SP)** e **Raimundo Gomes de Matos (CE)**. Os tucanos cobram rapidez no processo e acreditam que a sociedade espera a condenação dos envolvidos no maior esquema de corrupção do governo Lula como forma de dar um basta na impunidade. Em entrevista à revista "Veja", o ministro Carlos Ayres Britto afirmou que colocará o caso em pauta 48 horas após a conclusão do trabalho do ministro-revisor, Ricardo Lewandowski. Britto assumirá a presidência do STF no próximo dia 19.


"A sociedade espera um resultado rápido, visando punir adequadamente quem cometeu esses crimes, como aconteceria com qualquer outro cidadão brasileiro", destacou Tripoli. Ao todo, são 40

réus no processo de compra de apoio parlamentar conhecido como mensalão.

O escândalo veio à tona em 2005, quando o então deputado federal Roberto Jefferson declarou em entrevista à "Folha de S.Paulo" publicada em 6 de junho que o PT pagava uma mesada de R\$ 30 mil para deputados da base aliada no Congresso. De acordo com a de-

núncia da Procuradoria Geral da República, José Dirceu era o "chefe da quadrilha". Em dezembro daquele ano, o petista teve seu mandato cassado na Câmara.

"Quando o ministro Ayres Britto coloca a necessidade de o STF julgar esse processo, ele vai ao encontro do desejo de boa parte da população, que vê com indignação a morosidade no tratamento desse caso", destacou Gomes de Matos. Para ele, é "estranhador" não haver uma definição em relação aos "mensaleiros que roubaram recursos públicos em benefício próprio".

"Creio que a Justiça não vai deixar a sociedade sem uma resposta positiva no tocante ao julgamento", comentou. Segundo o tucano, alguns dos envolvidos exercem mandatos e ocupam cargos no governo federal. Outros, segundo ele, continuam atuando como lobistas. "É vergonhoso para o povo ver essas pessoas ainda terem influência." 

**"A sociedade espera um resultado rápido, visando punir adequadamente quem cometeu esses crimes, como aconteceria com qualquer outro cidadão brasileiro."**

■ Deputado Ricardo Tripoli (SP)

## Mobilização popular na internet exige definição sobre envolvidos no maior escândalo do governo Lula

Para impedir a prescrição dos crimes do maior escândalo de corrupção no governo Lula, a sociedade brasileira se mobiliza e cobra do Supremo Tribunal Federal (STF) agilidade no julgamento do processo. Uma das iniciativas é a petição online, que já reuniu mais de 7 mil assinaturas a favor da causa. Pelo Twitter, os internautas organizam mais uma grande manifestação nesta terça-feira (10). O 1º vice-líder do PSDB na Câmara, deputado **César Colnago (ES)**, considera a ação positiva e ressalta a importância da pressão popular.

"É fundamental a mobilização de todas as pessoas com acesso às redes sociais e a manifestação da vontade de ver o julgamento dos réus. O povo não quer mais um

caso de impunidade", disse. "A população deseja um país diferente, com mudanças. Espero que o prazo não vença", completou Colnago.


Na avaliação do tucano, adiar o julgamento seria um banho de água fria. "A sociedade ficará muito triste se mais uma vez a impunidade prevalecer, o que será ruim para o processo político. A justiça tem que ser igual para todos", concluiu.

Em entrevista à TV PSDB, o líder

**"A sociedade não quer mais um caso de impunidade."**

■ Deputado César Colnago (ES)

da Minoria na Câmara, **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)**, afirmou que o escândalo foi a "institucionalização da corrupção no poder Legislativo". "Toda a população espera um julgamento e a punição dos culpados pelos delitos cometidos."

Além da petição virtual, os internautas recorrem ao microblog Twitter para cobrar do STF a inclusão do caso na pauta. Um dos movimentos está marcado para hoje, a partir das 21h. Qualquer usuário pode postar uma mensagem usando a tag #julgamentomensala e a direção ao perfil do tribunal, o @STF\_oficial. O chamado "twittaço" também está sendo divulgado em páginas do Facebook. 

## Esquema de corrupção teria financiado acordos políticos com líderes partidários na gestão petista

O mensalão, maior escândalo da gestão Lula, estourou em 2005, quando o então deputado Roberto Jefferson chocou o país ao revelar a existência de um sistema de compra de parlamentares para votar matérias de interesse do governo. O ex-ministro da Casa Civil José Dirceu foi apontado pelo Ministério Público como "chefe da quadrilha". O esquema era operado pelo publicitário Marcos Valério. Ele confirmou, em depoimento, que Dirceu comandava as operações para financiar acordos políticos com líderes partidários. Jefferson denunciou que o esquema envolvia PP, PL, PMDB, PTB e o próprio PT. Confira os detalhes do mensalão:

■ O processo tem mais de 50 mil páginas, 130 volumes e 600 páginas só de depoimentos. São 40 réus acusados de formação de quadrilha, corrupção, peculato, lavagem de dinheiro, evasão de divisas e gestão fraudulenta de instituição financeira. Segundo a denúncia do Ministério Público, a quadrilha estava estruturada em três grupos: o núcleo político-partidário (José Dirceu, Delúbio Soares e José Genoíno), o publicitário (de Marcos Valério) e o financeiro (bancos).

■ Para o relator, ministro Joaquim Barbosa, o núcleo político teria interesse na compra do apoio para que o PT se perpetuasse no poder. Já a ala publicitária se beneficiaria de um percentual dos repasses. O grupo financeiro teria se unido para estruturar um seguro sistema de distribuição dos valores sem identificação dos destinatários reais.

■ De acordo com a denúncia, o esquema teria sido arquitetado durante as eleições de 2002 e passou a ser executado em 2003. Em 2002, José Dirceu era presidente do PT e coordenador da campanha de Lula. O então tesoureiro do partido, Delúbio Soares, era subordinado a Dirceu. Juntamente com o secretário nacional da sigla, Sílvio Pereira, e com José Genoíno, que assumiu a presidência do PT em 2003, teriam formado o "núcleo central da quadrilha".

■ Segundo a acusação, Marcos Valério aproximou-se da organização em troca de vantagens patrimoniais. Com a ajuda da sua própria quadrilha, ele teria criado as condições para a circulação clandestina de recursos por meio de lavagem de dinheiro.

■ As empresas do publicitário eram a fonte principal do "valerioduto". As agências arrecadavam milhões de reais em contratos suspeitos com empresas privadas e estatais e repassavam os recursos para os "mensaleiros".

■ Valério e dirigentes petistas assinaram empréstimos bancários de fachada nos bancos BMG e Rural para justificar os repasses. Só nessas operações forjadas foram movimentados R\$ 55 milhões. Encurralado, o PT e o ex-presidente Lula tentaram vender a imagem de que se tratava de crime de caixa dois eleitoral, "cometido por todos os partidos". Por isso, a prática seria "aceitável".

■ José Dirceu foi apontado como "chefe da quadrilha" pelo MP. Seria dele o papel de assegurar a omissão dos órgãos de controle para que não fossem percebidas as operações fraudulentas. Delúbio Soares era o principal elo. Ele indicava ao publicitário os valores e os nomes dos beneficiários e também recebeu propina. José Genoíno era o interlocutor no Congresso.


■ A denúncia do Procurador-Geral da República descreveu o esquema como uma "sofisticada organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a prática de crimes como peculato, lavagem de dinheiro, corrupção ativa, gestão fraudulenta, além das mais diversas formas de fraude".

■ O mensalão começou a tramitar como inquérito no STF em 2005. Dois anos depois, o tribunal aceitou as denúncias do Ministério Público e o processo se transformou em uma ação penal.

■ "Todos os graves delitos têm início com a vitória eleitoral de 2002 do Partido dos Trabalhadores no plano nacional e tiveram por objetivo principal garantir a continuidade do projeto de poder do partido, mediante a compra de suporte político de outros partidos e do financiamento futuro e pretérito (pagamento de dívidas) das suas próprias campanhas eleitorais", diz trecho do texto de Joaquim Barbosa.

■ O ex-presidente Lula não consta entre os réus da ação penal. No entanto, no relatório, fica evidente que o mensalão foi criado para comprar apoio político no Congresso e pagar dívidas da campanha que elegeu o petista em 2002.




### Leia também em nosso portal:

- Para Andreia Zito, falta seriedade do Executivo federal no combate à violência 
- CNI apoia proposta de Kaefer que reduz carga de impostos
- Planalto turbina números para esconder baixo investimento, critica César Colnago
- Apesar dos problemas sem fim nas estradas, Dnit continua esvaziado e paralisado
- "TV Câmara" lança documentário sobre a trajetória de FHC no dia 17
- Artigo: "Dívida estadual, pacto federativo e renegociação", por Marcus Pestana
- Direto do Twitter, com os deputados Rodrigo de Castro (MG), Eduardo Azeredo (MG), Vaz de Lima (SP), Andreia Zito (RJ) e Duarte Nogueira (SP)
- Direto do Plenário, com os deputados César Colnago (ES) e Antonio Carlos Mendes Thame (SP)

**EXPEDIENTE** - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editora: Elisa Tecles ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa

■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower ■ Op. de vídeo: Hélio Ricardo

As notas com conteúdo adicional no portal estão identificadas com , aquelas com boletim de rádio têm o símbolo  e as matérias com vídeo têm o ícone .